

PLANO DE GOVERNO



Partido Verde

Nancy Thame

Bruno Prata

GESTÃO 2021-2024
MUNICÍPIO DE PIRACICABA

SUMÁRIO

	páginas
Apresentação	3
1. Transparência e gestão em rede: participação popular e acesso às informações públicas	4
2. Território e desenvolvimento sustentável	5
3. Urbanismo e habitação: cidade sustentável, colaborativa e planejada	5
4. Desenvolvimento econômico dinâmico, criativo e sustentável	7
5. Desenvolvimento rural, segurança alimentar e nutricional	8
6. Geração de emprego e renda: empreendedorismo e capacitação contínua de trabalhadores	10
7. Saúde é prioridade: práticas integrativas e qualidade de vida	11
8. Proteção e saúde dos animais	13
9. Uma cidade inteligente e conectada com o futuro: ciência, tecnologia e inovação	14
10. Educação como direito e base para o desenvolvimento social	14
11. Esporte e lazer, desporto de base e formação educacional	16
12. Cultura: uma nova política cultural para a cidade de Piracicaba	17
13. Turismo e valorização dos patrimônios ambientais, culturais e históricos	18
14. Mobilidade urbana inclusiva e alternativas de transporte	19
15. Proteção e melhoria do meio ambiente	20
16. Promoção e assistência social	22
17. Políticas públicas e garantia dos direitos humanos em uma cidade inclusiva	23
18. Segurança Pública e políticas de proteção e prevenção à violência	24

Apresentação

O nosso compromisso com Piracicaba é contribuir efetivamente para o fortalecimento do Município, de modo a fortalecê-lo em bases sólidas para um desenvolvimento sustentável, com inclusão social e maior participação popular, valorização da economia local, preservação ambiental e boa governança, baseada em diálogo com a sociedade, total transparência nas decisões e gestão das contas públicas.

Piracicaba necessita de um governo que priorize a criação de infraestrutura, de modo a oferecer maior dinamismo à economia local, favorecendo empresas grandes e pequenas, agricultura familiar, economia criativa e empreendedorismo, sempre com o objetivo de gerar mais empregos e renda em um ambiente funcional que garanta a proteção social, o bem-estar e a qualidade de vida de todos os munícipes.

A atual conjuntura socioeconômica e política requer atenção para o planejamento, para a economia e otimização de recursos destinados a investimentos nos sistemas de saúde, educação, assistência, saneamento, energia, transporte, habitação, mobilidade, segurança pública e mecanismos de participação e controle social. Os antigos modelos políticos e de governo não têm as respostas adequadas para as novas perguntas que surgiram e que nos alertam para a urgência de mudanças. É preciso disposição para mudar o que não está se adequando às necessidades da nossa sociedade.

Precisamos captar e direcionar recursos e subsídios das esferas federal e estadual, mas também precisamos do apoio do setor econômico e de todos que possam contribuir para criar novas oportunidades e empregos, de forma que haja desenvolvimento econômico sustentável e para que todos possam viver com tranquilidade e dignidade.

Daremos maior importância ao serviço de planejamento municipal, que tem a função de auxiliar na tomada de decisões e na definição de ações de curto, médio e longo prazo, de modo a estabelecer e desenvolver políticas públicas assertivas, seguras e responsáveis, atendendo rapidamente as demandas sociais, fortalecendo o poder público em suas ações, sobretudo no que diz respeito aos serviços públicos.

Cuidaremos do meio ambiente com programas de conservação, recuperação e uso sustentável dos ecossistemas, que são de interesse público e garantem a preservação da vida.

Ofereceremos suporte à economia criativa, inovadora e inclusiva, que atenda às necessidades da população e garanta o desenvolvimento equilibrado entre os patrimônios humano, social, natural e produtivo.

Trabalharemos pela redução das desigualdades e ampliação das oportunidades para a geração de renda e para o acesso aos bens e serviços públicos.

Vamos construir uma cidade moderna e inteligente, democrática e participativa, com uma economia responsável, governo aberto ao diálogo e à cooperação.

Trabalharemos sempre em direção ao aperfeiçoamento dos serviços públicos, ampliação da participação política e criação das condições para o funcionamento integrado dos órgãos públicos, visando a melhoria da qualidade de vida da

população e desenvolvimento social, econômico, ambiental e institucional sustentável do município.

Daremos atenção especial no fortalecimento das políticas, programas, planos e ações regionais, com articulação para a ação conjunta e integrada com outros municípios, viabilizando recursos e soluções.

1. Transparência e gestão em rede: participação popular e acesso às informações públicas

Uma das grandes questões que se apresentam na atualidade é a transparência dos gastos públicos municipais e o acesso às informações públicas, para garantida da maior eficiência do serviço público e da participação da sociedade no acompanhamento das ações dos governantes.

A democratização do poder exige o pleno acesso aos dados e informações públicas, sendo a principal ferramenta contra a corrupção e o desvio de verbas. As informações públicas disponibilizadas em tempo real permitem o controle social e a melhor organização de ações articuladas e em rede, otimizando o orçamento, os serviços e os mecanismos de participação popular.

Apesar de grandes avanços nas políticas de transparência e disponibilização de informações, ainda estamos distantes da publicidade dos gastos públicos e do controle e acesso social às informações, o que limita a compreensão das receitas e despesas realizadas pelo Executivo.

A ampliação e modernização dos processos de transparência vai resolver problemas nas integrações de dados e plataformas, dotando a gestão pública e os cidadãos de ferramentas digitais mais acessíveis.

Consideramos fundamental que o Poder Executivo respeite e siga os princípios da boa governança pública: capacidade de resposta, integridade, confiabilidade, melhoria regulatória, prestação de contas, responsabilidade e transparência, conforme previsto por lei. O gestor deve conhecer seu órgão, processos, servidores, usuários de serviços, grupos de interesse afetados por suas decisões e o contexto em que está inserido.

Em nossa gestão vamos implantar o programa de *compliance* no âmbito dos órgãos e entidades do poder público municipal, ou seja, vamos adotar medidas planejadas e estruturadas para prevenir, detectar, punir e remediar fraudes e atos de corrupção. Para tanto, contamos também com a participação e o diálogo constante com os conselhos municipais e demais instâncias de representação da sociedade

Estamos comprometidos com a integridade, com iniciativas de aumento da transparência e uma gestão correta e coerente, evitando desvios e estimulando o relacionamento do Executivo com a população, para entregar os resultados esperados de forma adequada, responsável, imparcial e eficiente. Estaremos em conformidade com as leis, diretrizes, regulamentos internos e externos.

2. Território e desenvolvimento sustentável

O planejamento urbano deve ser visto como um processo contínuo e o desenvolvimento não pode ser associado exclusivamente à expansão da cidade, desprezando ônus ambientais e sociais que resultam no caos urbano que presenciamos hoje. Nosso Município não escapa a esta regra. Piracicaba é uma cidade espalhada, com o perímetro urbano invadindo a área rural, originando vazios urbanos e bairros periféricos cada vez mais distantes.

Defendemos o urbanismo sustentável e a cidade resiliente, com o desenvolvimento da capacidade de gestão e organização municipal.

No setor da agricultura, propomos organizar a sociedade para a convivência prática com a agricultura funcional, por meio de: sistematização das demandas difusas da atividade agrícola no município; proposições para inserção da variável agricultura no âmbito de políticas setoriais; planejamento de ocupação de áreas estratégicas do território municipal; desenvolvimento de iniciativas de cooperação social no município; incremento das ações de educação ambiental focada na alimentação saudável; resgate do “grande valor” da atividade agrícola para o município e confecção do mapa hidrográfico municipal.

Além disso, trabalharemos de modo a implementar estudos de viabilidade do desenvolvimento da agricultura nas macrozonas propostas no Plano Diretor; avaliar a condição ambiental da malha hidrográfica do Município; estabelecer diretrizes para as áreas ambientalmente estratégicas; promover projetos de reurbanização de favelas; viabilizar estudos referentes à criação de um “banco de terras” com potencial agrícola do município e um novo plano de abastecimento agrícola da cidade, considerando o potencial da agricultura em alavancar e economia local, garantir segurança e soberania alimentar de áreas periféricas e faveladas.

Teremos a atenção também voltada a temas urgentes e de impacto social, como a regularização do que já está consolidado, compensações ambientais, geração de IPTUs (Imposto Predial e Territorial Urbano), ITBIs (Impostos de Transmissão de Bens Imóveis), etc, e estancar irregularidades com fiscalização e penalidades.

Para tanto, definiremos a criação de equipes específicas e multidisciplinares, com engenheiros, arquitetos, advogados, assistentes sociais e outros profissionais, para o enfrentamento das questões levantadas, com a criação de serviços especializados, qualificação das equipes de servidores e atuação intersetorial.

3. Urbanismo e habitação: cidade sustentável, colaborativa e planejada.

Temos como objetivo construir um governo a partir dos fundamentos da soberania, da cidadania e da dignidade da pessoa humana, em busca do cumprimento dos objetivos fundamentais de construir uma sociedade livre, justa e solidária; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais.

Sobretudo, é necessário promover o bem de todos, por meio de ações que visem executar a Política de Desenvolvimento Urbano de modo a ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. Assim, vamos estabelecer, promover e executar políticas públicas voltadas à promoção da universalização do direito à cidade, democratização e acessibilidade às infraestruturas urbanas essenciais e aos equipamentos públicos; à produção de unidades habitacionais de interesse social e redução do déficit habitacional existente.

Consideramos de suma importância assegurar o cumprimento da função social da cidade e da função social da propriedade urbana, pública e privada, segundo as exigências expressas no Plano Diretor e o cumprimento também de uma política de desenvolvimento e gestão territorial sustentável. Buscamos assim garantir a gestão democrática e o exercício do controle social do Estado, por meio da participação popular e de associações, cumprimento dos vetores de desenvolvimento urbano e de adensamento e execução do planejamento do desenvolvimento do município.

Quanto à Habitação de Interesse Social, vamos estabelecer, promover e executar políticas públicas que assegurem o pleno cumprimento e exercício do direito à moradia digna e acesso à terra urbana, em conformidade com as disposições do Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/01); regulamentar e implementar os instrumentos urbanísticos de o combate à ociosidade, à subutilização ou a não utilização de imóveis, edifícios, terrenos e glebas, com o objetivo de induzir o apropriado uso desses imóveis e a ocupação dos vazios urbanos dotados de infraestrutura.

Vamos desenvolver programas de construção de moradias e melhoria das condições habitacionais, saneamento básico, calçadas e passeios públicos, mobiliário urbano e demais espaços de uso coletivo; promover e aplicar a ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização, a deterioração das áreas urbanizadas, a poluição e a degradação ambiental.

No que se refere à Regularização Fundiária, vamos promover a ampliação o acesso à terra urbanizada, visando priorizar a permanência dos ocupantes nos próprios núcleos urbanos informais regularizados, observando sempre a garantia do direito social à moradia digna e às condições de vida adequadas; estabelecer e implementar políticas públicas que visem prevenir e desestimular a formação de novos núcleos urbanos informais, bem como intensificar o monitoramento e fiscalização do território; executar procedimentos transparentes nos processos de Regularização Fundiária, conferindo a devida titulação e matrícula dos imóveis regularizados a seus habitantes, visando conceder direitos reais, preferencialmente em nome da mulher.

Vamos manter equipes técnicas para aprovação dos processos de Regularização de Interesse Social (EMDHAP), dos processos de Regularização de Interesse Específica (SEMOB) e para atendimento de conflitos existentes (IPPLAP); implementar procedimentos de capacitação e treinamento exclusivos para saneamento dos Processos de Regularização Fundiária; urbanizar as Regularizações Fundiárias observando as características socioeconômicas de cada região, permitindo a consolidar as famílias em seus territórios; e

desenvolver a urbanização nos diversos distritos do município, especialmente na Zona Rural, através da Regularização Fundiária.

4. Desenvolvimento econômico dinâmico, criativo e sustentável

O conceito de Desenvolvimento Sustentável (DS) é construído sobre três pilares: desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental.

O desenvolvimento sustentável reconhece a complexidade e o inter-relacionamento de questões críticas como pobreza, desperdício, degradação ambiental, decadência urbana, crescimento populacional, igualdade de gênero, saúde, conflito e violência aos direitos humanos.

Propomos um governo que promova o desenvolvimento da cidade em suas áreas rurais e urbanas, inovando em termos de tecnologias sociais, geração de emprego e renda, criação de novas formas de inserção social, acesso à terra, moradia e todos os bens assegurados constitucionalmente. Para essas ações envolveremos e mobilizaremos a participação dos diversos atores sociais (poder público, empresas, trabalhadores e organizações sociais) em torno de ações sustentáveis, aumentando o capital social e o desenvolvimento dos setores produtivos e das comunidades.

Consideramos fundamental a participação de todos os segmentos na solução dos problemas de geração e de acesso aos benefícios sociais, ambientais e econômicos produzidos. Como resultado da atuação e interação dos atores sociais, o desenvolvimento local surgirá em benefício do conjunto das atividades sociais, culturais, políticas e econômicas que compõem o trabalho de transformação da realidade do nosso município, que precisa ser feita de forma consciente e planejada.

Estamos comprometidos com a economia local mais dinâmica e criativa, garantindo o desenvolvimento e a geração de empregos sem prejudicar o ambiente, pois o funcionamento da economia deve permitir o aproveitamento eficiente e inteligente das vocações locais e das características do território, incorporando inovações e incentivando o uso responsável dos recursos naturais.

Piracicaba, com sua diversidade cultural, tem potencial para o desenvolvimento da Economia Criativa e da Economia Verde, cujo desenvolvimento se dá pelo estímulo aos talentos que se organizam individual ou coletivamente para produzir.

Vamos adotar estratégias que estimulem e apoiem: o emprego local; o trabalho decente; a contratação de aprendizes; a qualificação profissional; a empregabilidade e o empreendedorismo; a formação de empresas; a valorização das formas tradicionais de produção, incluindo às ligadas à produção rural, a economia circular e o cooperativismo; a geração de novos espaços e segmentos produtivos, incluindo os de alta tecnologia e inovação.

É essencial coordenar a elaboração e implantação do Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico de Piracicaba, que deverá ser construído através dos diversos atores sociais que representam a economia local e com os técnicos do serviço público que tão bem conhecem a realidade dos serviços municipais. Contaremos com programas e atividades de desenvolvimento econômico

sustentável a serem implementadas no Município, privilegiando também o empreendedorismo, a parceria com instituições científicas e tecnológicas e os setores produtivos e a atração de novos investimentos para o município.

Vamos atuar no planejamento, desenvolvimento e divulgação turística de Piracicaba de acordo com o Plano Municipal de Turismo, pois o setor turístico é um grande potencial da nossa cidade e necessita de projetos, programas e ações voltadas ao seu desenvolvimento local em diversas modalidades: histórica, cultural, ecológica, rural, gastronômica, de negócios e outras. A recuperação do turismo no período pós-pandemia deve incluir novas opções de roteiros e investimentos em toda a cadeia que se relaciona com essas atividades.

Também vamos incentivar a implantação de programas de qualidade e produtividade na indústria e nos serviços; estimular o desenvolvimento econômico local através de pequenos negócios; promover a educação empreendedora e profissionalizante; investir no acesso à informação e a tecnologia; apoiar o associativismo e o cooperativismo; priorizar as micro e pequenas empresas nas compras governamentais; melhorar a política tributária para pequenos negócios; facilitar o acesso ao crédito e aos serviços financeiros.

Nesse sentido, destacam-se ações como o desenvolvimento de plataforma para conectar os empreendimentos locais com os cidadãos que buscam produtos ou serviços; o incentivo à agricultura familiar, promovendo o desenvolvimento local e a inclusão social e econômica do agricultor familiar, com objetivo de melhorar o acesso dos pequenos negócios nas compras públicas; a criação de mecanismos para beneficiar toda a cadeia produtiva familiar, assegurando que percentuais dos recursos destinados à aquisição de alimentos sejam empregados na compra de produtos agropecuários, extrativistas, produtos lácteos e resultantes da atividade pesqueira, *in natura* e beneficiados.

5. Desenvolvimento rural, segurança alimentar e nutricional

Piracicaba conta com privilegiado território rural, que corresponde a 82,5% da área total do município (137.000 há.). Historicamente a cana de açúcar domina a produção agrícola, seguida pelo gado de corte. Algumas culturas como citros, milho, eucalipto e olerícolas também estão presentes, além da avicultura.

Quanto ao consumo alimentar, é alarmante constatar que o município produz apenas 10% da demanda. Verificamos uma dissociação muito grande entre os territórios rural e o urbano e, embora existam algumas estruturas de comercialização como varejões e Ceagesp, dados mostram nítida carência de fomento aos pequenos agricultores para que possam ocupar estes espaços.

É fundamental integrar o abastecimento alimentar do município, compondo o ciclo de atividades que vão da produção à mesa do cidadão. Para tanto há a necessidade da articulação e coordenação de políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional.

A nova revisão do Plano Diretor do Município, aprovada em 12/2019, ainda sem regulamentação, traz avanços inéditos em novo capítulo relativo à Política de Desenvolvimento Rural Sustentável, Segurança Alimentar e Nutricional.

Torna-se fundamental manter o setor rural conhecedor e consciente dos "mecanismos/projetos" e de oportunidades/programas de apoio de agências e órgãos de fomento.

A política municipal de agricultura deve ser caracterizada pela abrangência de todo o território municipal através de três grandes áreas: agricultura do meio rural, agricultura periurbana e urbana e abastecimento. Em comum, todas as atividades agrícolas devem ter na essência a preservação de suas áreas atuais com um "redesenho" de ocupação e uso das terras, preconizando o aumento de suas funcionalidades hidrológicas de infiltração e recarga do lençol freático. Os agricultores destas regiões devem ser preparados para a transição agroecológica e para prestação de "serviços ambientais hídricos", com prioridade de participação no Programa Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais.

Toda a base da política de agricultura e abastecimento terá como instrumento norteador uma incubadora de desenvolvimento e inovação agrícola, cujo objetivo é revitalizar os setores municipais criando novas formas de atuação sincronizadas pelas tecnologias e startups. Devemos agilizar os negócios com base na segurança alimentar e economia solidária em busca de novas formas de geração de renda, trabalho e emprego.

A agricultura tradicional deve abordar a elaboração do plano de produção focada no atendimento da cidade; introdução do "Protocolo de Transição Agroecológica", monitoramento e incentivo para "cadeias produtivas" regionais, aprimoramento e desenvolvimento dos serviços prestados pela Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, criação da escola de "prestadores de serviços ambientais" na agricultura, revisão para "modernização" da lei de pagamento serviços ambientais e estímulo para regulamentação do profissional de "prestador de serviços ambientais".

A agricultura urbana abordará a organização de um "banco de espaços livres", desenvolvimento da "Rede municipal de agricultura solidária", reorganização e modernização dos "Núcleos de Agricultores do Bairro", sincronização das unidades produtivas com ações de educação pública e privada e desenvolvimento da "agricultura de paisagismo e beleza cênica".

A agricultura periurbana abordará a elaboração do Diagnóstico Municipal de Áreas Periféricas, criação do "Serviço Municipal de Planejamento da Agricultura Periurbana", desenvolvimento dos "corredores de conectividade" e desenvolvimento de estudo para implantação de Parques Agrários.

Para o abastecimento focaremos no desenvolvimento do Plano Municipal de Abastecimento por Bairros, cumprimento integral da "lei da LEI Nº 11.346" (lei da segurança alimentar), manutenção, aprimoramento e expansão do sistema de vigilância sanitária, criação de incentivos para as pequenas e médias agroindústrias artesanais.

Estamos comprometidos com a implantação da “Política de Desenvolvimento Rural Sustentável, Segurança Alimentar e Nutricional”, recentemente incluída no Plano Diretor de Desenvolvimento.

Em todas as ações, contaremos com a participação qualificada do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, que muito contribui para a tomada de decisões que refletem no melhor atendimento às demandas da sociedade rural e melhor gestão municipal.

Promoveremos ações que minimizem ou impeçam a expansão de loteamentos na zona rural, em especial nas microbacias potencialmente produtoras de água bruta; o controle sanitário dos produtos de origem animal e vegetal; a promoção da Educação Ambiental e a ampliação da segurança pública na zona rural.

6. Geração de emprego e renda: empreendedorismo e capacitação contínua de trabalhadores

As mudanças estruturais ocorridas no mundo do trabalho aceleraram as transformações científicas e tecnológicas, impulsionando mudanças em todos os setores produtivos da economia. Os resultados dessas alterações profundas são expressos nos desafios inéditos a serem enfrentados por pessoas, países, instituições, comunidades e empresas. Estamos na era das mudanças sem precedentes, nos quais os avanços da revolução digital se traduzem rapidamente em novos bens e serviços, alterando a organização das cadeias produtivas e influenciando fortemente as demandas e a natureza do desejo dos cidadãos e consumidores.

Nesse cenário, é de suma importância a construção de uma agenda para dinamizar a economia por meio da inovação, melhoria do ambiente de negócios e redução da insegurança jurídica e das incertezas regulatórias. Trabalharemos para garantir a retomada econômica, que necessita da articulação entre o setor público, os investimentos privados e a participação ativa da sociedade.

Daremos especial atenção à efetivação de um movimento coordenado dos gastos públicos e dos investimentos privados, para que se efetive a construção de um ambiente amplo e participativo das forças sociais. Propomos uma revisão das prioridades de intervenção do Poder Público, privilegiando as atividades que geram mais empregos e negócios.

Vamos incentivar o aumento da capacidade local de produção de alimentos, para abastecimento das nossas merendas, barateamento dos custos e ampliação da renda local.

Outro compromisso do nosso governo é a inclusão digital. Neste sentido, promoveremos iniciativas para universalizar o acesso público aos cursos de qualificação para o mercado de trabalho, buscando instituir no Ensino Fundamental a linguagem computacional como fundante na construção da nova força de trabalho em nossa cidade.

Estimularemos e apoiaremos o empreendedorismo, com a desburocratização dos processos e redução do tempo de aprovação para o pleno funcionamento dos novos negócios. Também estabeleceremos programas de qualificação para

os empreendedores, garantindo a melhoria da sua capacidade gerencial e a continuidade das suas atividades econômicas.

Será prioridade a criação de políticas que estimulem uma economia colaborativa e inovadora, como a economia compartilhada, em que pessoas dividem o uso de produtos e serviços, valorizando a experiência no lugar da posse; a economia solidária, em que atividades de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito são organizadas sob a forma de autogestão, promovendo o desenvolvimento local; a economia criativa, que reúne atividades ligadas ao campo da cultura e do conhecimento, e na qual hoje se destacam as startups, com o uso das novas tecnologias; e a economia circular, uma indústria reversa que transforma resíduos em matéria prima e energia.

7. Saúde é prioridade: práticas integrativas e qualidade de vida

A saúde é uma grande preocupação de todos os municípios e qualquer imperfeição na sua execução causa grandes transtornos aos seus usuários, como a falta de médicos, longa espera para marcar consultas e exames, falta de leitos, dentre outros. O enfrentamento desses problemas será prioridade em nosso governo. O Sistema Único de Saúde (SUS) é uma política indispensável de atendimento universalizado a população, mas está sobrecarregada pelas características de uma sociedade desigual. Para mudar essa realidade, será preciso ousar e agir de forma mais eficiente, combinando a promoção da saúde, a atenção básica, as urgências e os atendimentos especializados.

Nosso governo desenvolverá uma gestão integrada, participativa e compartilhada, com ações articuladas entre os serviços públicos, o Conselho Municipal de Saúde, as Comissões Municipais de Saúde, as entidades filantrópicas e os serviços privados.

Será necessário combinar descentralização com regionalização para termos serviços viáveis econômica e tecnicamente. Objetivamos um modelo de assistência integral de saúde que fortaleça a rede básica, a recuperação dos PSF e a construção de novas unidades, com descentralização para macrorregiões (norte, sul, leste, oeste, centro), a construção de unidades avançadas de saúde, com especialização e exames mais específicos, como ultrassom, RX, ecocardiograma, audiometria e outros.

Avançaremos ainda com programas específicos para as macrorregiões: vigilância sanitária, zoonoses, CEDIC, epidemiologia, saúde do escolar, saúde do adolescente, farmácia de alto custo, programa de atenção familiar saúde da criança, pessoas com deficiência e Ostromizados, saúde mental, saúde da mulher e outros programas para diabetes, hipertensão, nutrição, tabagismo, obesidade.

Além de transparência na aplicação dos recursos e gestão eficiente, a qualidade do atendimento à saúde também depende de profissionais bem formados, distribuídos estrategicamente de acordo com as necessidades do município. Assim, implantaremos políticas de motivação para o trabalhador da saúde, com

a instituição de programa de incentivo, incorporação do abono desempenho ao salário do trabalhador, instituição de progressão por mérito e assiduidade. Também promoveremos o aprendizado continuado, criando bolsas de estudo para a formação de profissionais de saúde para as unidades do SUS.

Propomos a criação do programa de acolhimento humanizado continuado na saúde, conquistado a adesão do cidadão à rede do SUS, criando, assim, uma relação mais próxima do profissional de saúde com a população local, por meio também de um canal de comunicação entre o cidadão e o sistema municipal de saúde através de uma ouvidoria descentralizada e uma câmara de conciliação.

Vamos instalar na região de Santa Terezinha o segundo grupo do SAMU. Vamos descentralizar as zoonoses, estabeleceremos políticas de saúde de combate aos vetores da dengue, febre amarela, raiva, ratos, escorpião etc. Outra ampliação importante é das equipes de profissionais dos PSF, que necessitam de fisioterapeutas, psicólogos, dentistas, nutricionistas. Também ampliaremos bairros do atendimento de saúde ao trabalhador com maior necessidade de demanda criando o terceiro turno.

Nas macrorregiões, para manter o atendimento especializado, faremos o credenciamento especializado de médicos nas várias áreas da medicina: cardiologistas, neurologistas, ortopedistas, dermatologistas e outros, além de outros profissionais: fonoaudiologia, psicologia, nutrição etc.

São necessários novos Programas e ações para a melhoria da rede SUS, como a criação do programa de práticas alternativas de saúde oferecendo aos bairros novas formas de abordagem e ações saúde nos bairros: acupuntura, pilates, uso de florais, fitoterapia, dançaterapia, quiropraxia, termoterapia, dentre outros.

Faremos parcerias com universidades, ONGS e hospitais filantrópicos regionais, ampliando as vagas para as necessidades do cidadão no campo das novas tecnologias, leitos hospitalares e cirurgias eletivas.

Criaremos o Programa Farmácia em Casa, para entrega de medicamentos para tratamento dos idosos acima dos 75 anos e pessoas com deficiência. Criaremos o Programa Final de Tarde com saúde, em parceria com outras secretarias, objetivando a diminuição do sedentarismo e do estresse, através de atividades lúdicas como: teatro, dança, música, palestras ao ar livre nas unidades de saúde.

Propomos o Programa Mulheres, ligado na sua Saúde, com práticas de promoção, prevenção e assistência ao enfretamento: a dupla, tripla jornada de trabalho e a sexualidade. Estimularemos, através de orientações com especialistas da área, a alimentação saudável para toda a população. Criaremos o programa de prevenção a doenças de cunho emocional e práticas de incentivo a fertilização, para mulheres com dificuldades de engravidar, além cirurgias plásticas recuperadoras em mulheres mastectomizadas e que apresentarem problemas originados do tratamento de obesidade.

Pretendemos criar diversos programas destinados à melhoria integral da saúde da população para recuperação do peso saudável, bem como a recuperação da saúde bucal, e incentivo à amamentação infantil.

Também nos comprometemos a criar o Programa SUS Institucionalizado, com profissionais de saúde fazendo a ponte com as casas de idosos, trabalhando na recuperação de usuários de drogas psicoativas e com outras pessoas em vulnerabilidade social e psíquica. Também vamos instituir a realização de mutirão para cirurgias ortopédicas, de olhos e de ouvidos.

Criaremos, por meio de parceria, um Centro de Especialidades Odontológicas na região de Santa Terezinha. Instituiremos um programa de priorização a vida saudável das crianças e adolescentes, com ações continuada de prevenção e acompanhamento contínuo. Também buscaremos instituir um programa voltado à vida saudável e ressocialização comunitária; um programa de educação continuada em saúde para diferentes grupos etários. Assim como construiremos um comitê permanente que coordenará as ações de enfrentamento, combate e controle das epidemias, pandemias e endemias: covid 19, dengue, febre maculosa e outras.

8. Proteção e saúde dos animais

O equilíbrio da natureza depende da existência dos animais. Assim, é preciso conscientizar a sociedade sobre esta importância e criar, por meio das políticas públicas, formas para a sua proteção efetiva.

Sabemos o quanto a nossa fauna está ameaçada e precisamos nos comprometer com ações em prol da preservação da biodiversidade, cuidando com responsabilidade dos animais nativos, domésticos e exóticos.

Destinaremos recursos à proteção, à defesa e ao bem-estar animal, captando e disponibilizando recursos para o aprimoramento dessas ações e apoiaremos os órgãos, instituições e entidades que visam a melhoria da qualidade de vida dos animais domésticos, com o abrigo, higiene e alimentação dos animais.

O nosso governo promoverá um amplo debate para a construção de políticas públicas de proteção e defesa dos animais, em especial na área de conscientização, visando a construção de uma nova cultura sobre tema.

Vamos incentivar a implementação da Coordenadoria de Saúde e Proteção ao Animal Doméstico, que terá o objetivo de estabelecer políticas públicas consistentes voltadas à saúde, assistência e proteção dos animais domésticos no Município de Piracicaba. Dentre suas principais atribuições estão o controle reprodutivo pela esterilização cirúrgica de cães e gatos, a identificação e registro de animais, a adoção e a promoção do conceito da guarda responsável em todo Município.

Outras propostas que apresentamos para a proteção e defesa dos animais em Piracicaba, são: a criação de material pedagógico com temas relacionados à defesa dos direitos dos animais, a ser distribuído nas escolas e para população em geral; a ampliação de feiras de adoção (com triagem de adotantes e

participação de abrigos e protetores cadastrados), incentivo à chipagem e fiscalização dos criadores legalizados; a fiscalização dos métodos de abate, armazenagem e tratamento (pré-abate) de animais em abatedouros já legalizados; a criação de uma Patrulha de Resgate à Saúde Animal para o combate e resgate de animais em situação de maus-tratos e abandono; a criação, junto a ativistas, de uma instância consultiva para a defesa dos animais, com o objetivo de receber e apurar denúncias de maus-tratos; o acesso emergencial de 24 horas a animais que vítimas de acidentes.

9. Uma cidade inteligente e conectada com o futuro: ciência, tecnologia e inovação

No cenário contemporâneo, a ciência, a tecnologia e a inovação são fundamentais para o desenvolvimento econômico, geração de emprego e renda e democratização de oportunidades. Desse modo, o trabalho de técnicos, cientistas, pesquisadores, acadêmicos e o engajamento das empresas são essenciais para a consolidação de um modelo de desenvolvimento sustentável, capaz de atender às demandas sociais.

Assim, é importante a criação de um serviço específico para estimular e fomentar a atividade produtiva do município, em conexão com a Aglomeração Urbana Piracicaba (AUP), e estabelecer o Plano Municipal de Piracicaba em Ciência, Tecnologia e Inovação, especialmente comprometido com a promoção e incentivo do desenvolvimento científico, pesquisa e da capacitação tecnológica.

Comprometemo-nos com a implantação de uma cidade inteligente (CI), um ambiente que faz uso das tecnologias de informação e tecnologia de comunicação para facilitar as ações associadas às necessidades de nosso Município e de seus habitantes.

O conceito de Cidades Inteligentes (CI) e suas ferramentas estão presentes nas cidades mais desenvolvidas do país e do mundo. Portanto, é um novo olhar sobre o município de Piracicaba, que tem todo potencial para incorporar e desenvolver esse padrão, assim como da Indústria 4.0 e da Inovação.

Vamos implantar o modelo de Cidades Inteligentes, pois será de grande contribuição para auxiliar tanto o Poder Público a reconhecer problemas em tempo real, quanto o cidadão a produzir informações, auxiliando a mapear, discutir e enfrentar essas dificuldades.

O maior desafio não está nas tecnologias, mas sim nos aspectos culturais e nos caminhos selecionados para essa transformação indispensável.

Um projeto CI é verdadeiramente transformador e envolve a todos e nada é mais motivador que o senso de comunidade.

Este plano de governo entende a inovação e a chegada da tecnologia como algo irreversível e buscará suporte nas entidades de classe e nos sistemas educacionais existentes para renovar, revisar e agregar conceitos de forma a melhorar a preparação do futuro profissional à esta nova realidade tecnológica.

10. Educação como direito e base para o desenvolvimento social

Trabalharemos para fomentar a produção de conhecimento como um dos eixos do desenvolvimento da nossa cidade, partindo do entendimento que o local privilegiado desta tarefa se dá em todos os níveis da educação, dentre elas o Ensino Fundamental, que é responsabilidade do município. Além disso, buscaremos parcerias com as universidades para as extensões universitárias e programas de educação continuada.

A escola deve ser um lugar atrativo para nossos jovens. Portanto, investiremos em infraestrutura adequada, salas de aula e locais de convivência e apoio didático, quadras esportivas, bibliotecas, centros digitais, uso de novas tecnologias nos processos de aprendizagem, ensino de linguagens artísticas, como teatro, música, dança e audiovisual, promovendo uma forte aproximação entre educação e cultura.

Assumimos o compromisso de reconhecer a integralidade da educação para o futuro do município e, por isso, fornecer os recursos necessários para sua melhor execução. Para tanto, faz-se imprescindível o acolhimento às demandas dos profissionais do magistério público municipal quanto a um Plano de Carreiras, cargos e salário.

Vamos implantar programa de formação e de atualização de docentes e de profissionais da educação, criando espaços de discussão e de construção de pautas positivas e assertivas para o sistema municipal de ensino. Para isso, estabelecer convênios, parcerias e cooperações técnicas com instituições de ensino superior para elevar continuamente o padrão da formação docente, incluindo o incentivo ao acesso a cursos e programas de extensão e de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, além da difusão cultural.

Temos o compromisso de ampliar o número de escolas e de vagas, bem como contratar profissionais da educação por meio de concurso público para atender às demandas por educação e pelos cuidados com a primeira infância, tanto em creches e pré-escolas, quanto em unidades do Ensino Fundamental.

Pretendemos criar o Programa de Integração Escola-comunidade, em parceria com instituições e ações voluntárias, para fortalecer os laços entre os profissionais da educação, os alunos e as famílias, com atividades extracurriculares, como hortas orgânicas, minicursos de artes (canto coral, teatro e artes plásticas), prática de esportes e o estudo de idiomas nas unidades escolares. Nesse sentido, vamos também instituir, em parceria com as escolas municipais e outras entidades, uma política municipal da Cultura da Paz, visando humanizar as relações tanto no ambiente escolar quanto fora dele (relação família x comunidade x escola).

É preciso reestruturar as ações voltadas à Educação Especial e Inclusiva por meio de recursos multifuncionais, como a constituição de equipes especializadas e multidisciplinares e o uso de metodologias e de abordagens mais específicas, atualizadas e integradas ao contexto da aprendizagem escolar;

Também nos comprometemos com o atendimento e a qualidade da alimentação escolar, garantindo a segurança alimentar e as necessidades específicas dos alunos com restrições alimentares, inserindo alimentos orgânicos produzidos localmente, de modo a garantir a nutrição adequada e saudável.

Atenderemos também as demandas de reequipar e atualizar as unidades escolares municipais com materiais, tecnologias, mobiliários e insumos educacionais, laboratórios de Ciências, salas de Artes, laboratórios de Informática e outras ações oportunizadas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); de promover as ações de inclusão digital nos bairros e atualização constante dos instrutores dos Centros de Educação Digital; e de criação de um programa municipal de apoio psicopedagógico aos profissionais da educação e aos grupos de pais ou responsáveis dos estudantes da rede municipal.

11. Esporte e lazer, desporto de base e formação educacional

Temos como objetivo garantir a elaboração e execução de políticas de esporte e lazer para todos, com uma concepção filosófica do esporte e uma concepção social de direito coletivo à cidade, conforme definido na Lei nº 10.257, de 2011 (Estatuto da Cidade), de modo que a cidade venha a exercer suas diversas funções sociais, dentre elas o acesso ao esporte e ao lazer.

A cidade deve ser pensada a partir do conceito de desenho universal: para as crianças, os jovens, adultos, pessoas com deficiência, mulheres, negros, população LGBTQI+, idosos.

Assim, é necessário e urgente fomentar políticas públicas de esporte e lazer garantindo projetos e ações para todos, respeitando a acessibilidade e tendo como propostas garantir:

Piracicaba necessita de políticas públicas que democratizem o acesso aos equipamentos esportivos e de lazer na busca pelo bem estar físico e social e a vida com qualidade, de modo a assegurar cidade educadora, promotora de justiça social e qualidade de vida para todos e todas.

É indispensável a democratização do lazer: o acesso as atividades físicas e esportivas ao longo da vida para o atendimento as diferenças de gênero, raça/cor, etnia, geração e pessoa com deficiência e ocupação dos espaços ociosos ou sub utilizados.

Em nossa gestão, realizaremos um diagnóstico de equipamentos de esporte e lazer, de recursos humanos, e de ações, projetos e convênios ou parcerias já existentes e um diagnóstico de Centros Comunitários e Associações de Moradores legalmente constituídas e as que ainda se encontram na informalidade. De posse dessas informações, propomos a elaboração do Plano Municipal de Esporte, a instituição de um sistema de esporte e lazer municipal e do fundo municipal de esporte.

Consolidaremos a gestão participativa de projetos e ações esportivas comunitárias e de lazer com a comunidade, ouvindo e efetivando suas demandas, inclusão na gestão de recursos financeiros e de espaços/equipamentos. Estimular o “pertencimento”.

Propomos a reposição dos quadros profissionais de Educação Física e administrativos e a efetivação de convênios e parceria com universidades para obtenção de bolsa estágio.

A atuação nos territórios será realizada de forma articulada, intersetorial, contando com os diversos serviços: educadores físicos, assistentes sociais de CRAS, Escolas Municipais, profissionais de saúde das Unidades Básicas de Saúde etc.

Estabeleceremos programas voltados às diferentes gerações: crianças, adolescentes e idosos, bem como pessoas com restrição de mobilidade, pois todos têm direito ao esporte e ao lazer.

Criaremos programas especiais para a juventude, para motivar os nossos jovens a desenvolver seus potenciais esportivos e suas habilidades e para que tenham diferenciadas oportunidades de lazer.

12. Cultura: uma nova política cultural para a cidade de Piracicaba

Ao exercer os direitos e deveres na sociedade, o cidadão tem a oportunidade de participar e influenciar os movimentos políticos que impactam nos destinos das cidades. O poder público deve fomentar a cidadania cultural por meios legais assegurando direitos de: manifestações e expressões culturais coletivas ou individuais; acesso à equipamentos urbanos e patrimônios culturais; qualificação técnica dos gestores culturais; reconhecimento, valorização e preservação das identidades multiculturais.

O constante desafio de tratar com equidade e garantir espaço e recursos tanto para as manifestações majoritárias quanto para as minoritárias é um dos principais esforços do Estado, por isso é necessidade premente mapear, estruturar e manter atualizado seu inventário cultural de forma que permita gerenciamento ativo por parte do Estado com boa governança (transparência, equidade, cumprimento das leis, prestação de contas, conduta ética, não centralidade do Estado e a inclusão de atores sociais e do mercado no debate público).

Aos municípios compete criar um Sistema Municipal de Cultura, composto pelo Plano Municipal de Cultura, deliberações da Conferência Municipal de Cultura, o órgão municipal de Cultura, o Conselho Municipal de Política Cultural e o Sistema Municipal de Financiamento à Cultura.

No sentido de garantir a cidadania cultural dos piracicabanos, é necessário repensar e valorizar a cultura local. Assim, firmamos o compromisso de trabalhar para dotar a pasta da cultura de serviço específico voltado à promoção e o fomento às produções culturais; consolidar uma gestão democrática e participativa na área da cultura, fortalecendo o Conselho Municipal de Cultura COMCULT e o Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural CODEPAC, tornando-os deliberativos e atuantes; distribuir de maneira mais equitativa e justa os recursos orçamentários entre as diferentes linguagens e expressões artísticas da cidade; tornar Piracicaba um Polo Regional e Estadual de Cultura, desenvolvendo a estrutura e a projeção por meio de políticas públicas e projetos para que a cidade alcance destaque na área cultural.

Também trabalharemos para promover as reestruturações necessárias, visando a criação do Departamento Artístico e de Editais e fortalecimento dos Centros Culturais nos bairros como forma de descentralizar e valorizar a Cultura dos

Bairros e a estruturação de um Centro de Tradições Populares de Piracicaba.

Vamos redefinir a política de agendamento dos espaços públicos de cultura, como teatros e outros espaços, com acesso e valorização dos artistas de acordo com critérios e projetos; criar e implementar o Projeto dos Pontos de Cultura no município, organizando a cultura a partir da base, dos movimentos e grupos culturais, valorizando a arte e a cultura das periferias; elaborar programas e projetos que sustentem as relações entre cultura e educação, fortalecendo a transversalidade; e, sobretudo, fortalecer a função da secretaria de fomentadora de cultura, sem prejudicar as ações de promoção e produção de cultura.

13. Turismo e valorização dos patrimônios ambientais, culturais e históricos

O turismo, enquanto atividade econômica, deve ser pensado estrategicamente, tanto no município de Piracicaba, como na região. Dessa forma, contribuirá para a geração de emprego, renda e desenvolvimento do Município.

Para tanto, propomos uma gestão que reestruture os serviços ligados às atividades turísticas, com o objetivo de acompanhar e avaliar as políticas de promoção do turismo local e regional; formulação de planos, programas e ações para o apoio ao setor, inclusive a instituições que promovam o incremento do turismo e a difusão das atrações turísticas do Município e na região.

A retomada desse setor de atividade dependerá de um conjunto de condições, que estão fora da capacidade de controle exclusivo do município. No entanto, entendemos como fundamental dotar a pasta de serviços municipais específicos e de um plano de retomada e de incentivo ao turismo local.

Consideramos ser relevante construir mecanismo de capacitação permanente de mão de obra e a articulação entre a cadeia do turismo e outras cadeias produtivas, visando a gerar novos negócios e rotas turísticas locais, bem como fomentar a divulgação interna e externa de destinos turísticos de modo a disseminar uma nova imagem da cidade ante o cenário turístico.

A criação de parcerias com entidades afins e promover transversalidade das secretarias municipais são ações fundantes para conservação e melhoria de equipamentos turísticos e investimentos em infraestruturas. Também é necessário estimular o uso responsável das áreas protegidas para se tornarem espaços de educação ambiental e fomento do ecoturismo.

Ampliaremos investimentos em projetos de infraestrutura que tenham impacto positivo para o turismo, para a conservação dos recursos naturais e paisagens cênicas, com prioridade para o ecoturismo e o turismo de base comunitária como alternativas para o desenvolvimento sustentável. Essas iniciativas farão parte de um programa integrado de turismo sustentável, inclusão social, respeito à diversidade cultural e desenvolvimento econômico com cadeias produtivas locais e solidárias.

Fortaleceremos o turismo de Piracicaba no contexto da região da Serra do Itaqueri, com a valorização do desenvolvimento integrado e da cadeia do turismo na região, atraindo turistas de diferentes localidades, bem como da própria cidade, e, assim, impulsionaremos esse setor produtivo.

Comprometemo-nos, em nossa gestão, valorizar a cultura local e regional, a gastronomia, a produção artesanal, as ações turísticas ligadas à cultura material e imaterial e o patrimônio natural/ambiental.

Encontraremos os meios para criar uma rede de serviços e equipamentos turísticos, como alimentação, hospedagem e transporte, além de acesso a sinal digital aberto nos pontos turísticos de Piracicaba.

Fomentaremos as boas práticas de sustentabilidade relativas ao mercado turístico local, também com a implementação da educação ambiental, coleta de resíduos, utilização da produção de energia solar para uso no espaço, como forma de estimular o uso desses recursos nos setores público e privado.

14. Mobilidade urbana inclusiva e alternativas de transporte

A sociedade tem direito de acesso a tudo que a cidade oferece: saúde, trabalho, comércio, estudo, esporte e lazer e todos os serviços públicos. Muitos encontram dificuldades para se deslocar de ônibus, a pé, de bicicleta, de carro, de moto ou outros meios de transporte. Assim, ficam limitadas para desenvolver suas capacidades e exercer os seus direitos.

A cidade deve ser inclusiva, social e ambientalmente sustentável, além de moderna e inteligente, de forma a melhorar a circulação nas cidades e o cotidiano dos que nela vivem, atraindo mais investimentos e melhorias. Para tanto, o transporte público de qualidade, a melhoria nas condições de mobilidade e acessibilidade devem avançar como elemento central na garantia e na conquista dos direitos fundamentais da coletividade.

Propomos a elaboração de projetos e a realização de ações nas quais a mobilidade urbana e o direito à cidade sejam para todos: adultos e crianças, pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, gestantes, obesos, sem discriminação, garantindo o direito ao espaço público, ao seu uso e apropriação; o direito a acessar os serviços e equipamentos públicos.; o direito de ir e vir e circular livremente nos espaços da cidade nos diferentes modos/modais de transporte; investimentos na racionalização e na ampliação da acessibilidade; expansão da rede de ciclovias e ciclofaixas; melhoria na qualidade do transporte público convencional para maior bem-estar e qualidade de vida da população e estímulo ao uso de combustíveis menos poluentes e mais sustentáveis.

Assim, trabalharemos para:

Promover a integração entre as políticas mobilidade urbana, transporte público, trânsito e ocupação do solo, levando em conta a interdependência entre elas minimizando os problemas do ponto de vista da qualidade de vida, da sustentabilidade ambiental, da equidade na apropriação da cidade e dos custos sociais e econômicos;

Estimular a mobilidade e a acessibilidade a todos os cidadãos, propiciando as condições necessárias para sua locomoção no espaço público, de forma a assegurar plenamente o direito constitucional de ir e vir, e possibilitando deslocamentos ágeis, seguros, confortáveis, confiáveis e econômicos;

Priorizar, no conjunto de políticas de transporte e circulação, a mobilidade das pessoas e não dos veículos, o acesso amplo e democrática ao espaço urbano e os meios de transporte coletivos bem como os não motorizados;

Implementar a melhoria do sistema de transporte coletivo, mediante a criação de condições para a implantação de rede multimodal integrando os sistemas de capacidade baixa, média e alta;

Melhorar as condições das viagens a pé, por meio de tratamento dos passeios e vias de pedestres, eliminação de barreiras arquitetônicas, tratamento paisagístico adequado e tratamento das travessias do sistema viário;

Estimular a intermodalidade nos deslocamentos urbanos com integração do transporte público com o transporte individual e os meios não motorizados.

15. Proteção e melhoria do Meio Ambiente

A qualidade de vida e a proteção ao ambiente e à saúde pública são as bases para o planejamento e implementação das ações na área ambiental, buscando a universalização e qualidade dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, coleta e destinação adequada dos resíduos sólidos; proteção e despoluição dos rios, ribeirões, nascentes e outros cursos d'água; redução das queimadas, da poluição atmosférica e sonora; estímulo a mais áreas verdes e melhor distribuição em todas as regiões da cidade, com melhores oportunidades de esporte, lazer e cultura; proteção aos animais; e fiscalização ambiental eficiente.

Dentro desse princípio promoveremos o planejamento integrado entre as secretarias municipais e outros órgãos competentes para gestão dos serviços de saneamento (água, esgoto e resíduos sólidos), combate a enchentes, arborização urbana, áreas verdes e conforto ambiental e promoveremos a articulação com as prefeituras da Aglomeração Urbana de Piracicaba e outros municípios próximos para solucionar problemas ambientais em comum relacionados à gestão do saneamento básico, especialmente resíduos sólidos, água e esgoto.

Assumimos o compromisso de coordenar e fiscalizar a qualidade dos serviços prestados e as tarifas cobradas pelo SEMAE para execução dos serviços de água e esgoto, com especial atenção às necessidades de investimento na modernização das redes de abastecimento de água, visando a redução de perdas no sistema e em novas fontes de captação para abastecimento.

Implementaremos programas de controle da poluição difusa e despoluição do sistema hídrico do município (rios, ribeirões e nascentes), através da articulação das ações de gestão de resíduos sólidos e captação e tratamento das águas pluviais e esgoto.

Desenvolveremos e implementaremos um programa integrado de combate às enchentes em locais críticos do município, visando a redução dos transtornos ao trânsito, residências, comércio, indústria e instituições. Através da articulação entre várias Secretarias e outros órgãos competentes, realizaremos obras de prevenção e combate às enchentes e criaremos um sistema online sobre procedimentos de segurança e áreas de risco, com informações em tempo real

nos períodos críticos e sistema de chamada de urgência para atendimento ao cidadão.

Teremos também uma política de alinhamento do município com as políticas públicas federais e estaduais de resíduos sólidos urbanos, promovendo a destinação adequada dos resíduos através da redução da geração, recuperação/valorização/reciclagem, compostagem, uso energético e disposição adequada dos rejeitos. Também promoveremos a implantação do sistema de coleta dos resíduos sólidos domiciliares em 3 frações: orgânicos, recicláveis e rejeitos.

Outro ponto importante será a implementação das ações previstas no PMGIRS (Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos) e ajustamento da legislação municipal em consonância com as estratégias do plano, além da implementação do Sistema PGRS (Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos) para controle da geração e destinação dos resíduos pelo setor privado e institucional, ampliando a base para fiscalização e planejamento da gestão dos resíduos sólidos.

Em parceria com as entidades gestoras dos Acordos Setoriais e Decretos de resíduos de interesse, implementaremos os sistemas de logística reversa no município.

De acordo com as cláusulas contratuais, será revisto o contrato da PPP do Lixo (Prefeitura Municipal de Piracicaba e empresa Piracicaba Ambiental), adotando instrumentos mais eficazes de monitoramento e controle da qualidade e abrangência dos serviços prestados pela empresa contratada (coleta, destinação e disposição de resíduos sólidos domiciliares das áreas urbana e rural) fazendo com que sejam efetivamente implementadas as tecnologias contratadas de produção de composto orgânico, triagem de materiais recicláveis, além da produção de CDR (Composto Derivado de Resíduos) e adequado aterramento dos rejeitos; cobrar uma ação mais efetiva da Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Ares – PCJ) na fiscalização do contrato e serviços prestados pela empresa.

Apoiaremos com melhorias as operações na Cooperativa do Reciclador Solidário; incluiremos e organizaremos os catadores individuais que atuam no município; fomentaremos novas associações/cooperativas; incentivaremos e fomentaremos novos empreendimentos e negócios com materiais recicláveis (coleta, comercialização, transformação); viabilizaremos o pagamento pelos serviços ambientais realizados pelo Reciclador Solidário.

Outro ponto importante será o da ampliação do número de ecopontos e melhorias do seu sistema de funcionamento; a criação de sistema de triagem que permita a separação e recuperação de bens e materiais com condições de recuperação e reuso; a criação de programas de capacitação baseados na recuperação dos bens inservíveis (cursos de estofamento; manutenção de equipamentos eletroeletrônicos; recuperação e ressignificação de móveis e madeiras; etc.); criação de programas sociais e novos empreendimentos para doação ou comercialização dos produtos resultantes da recuperação dos bens inservíveis.

Apoiaremos e fortaleceremos o Núcleo de Educação Ambiental e ampliaremos as ações de educomunicação no município.

Investiremos em políticas de criação e melhorias da estrutura de parques, jardins e áreas verdes regionais (nas 5 regiões da cidade), visando melhorar a qualidade

ambiental nos bairros ampliaremos os espaços de esporte, lazer e cultura e promoveremos a convivência e integração entre os moradores locais.

Implementaremos um Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas em Piracicaba, com ações para redução das emissões de gases de efeito estufa por meio do estímulo ao uso de fontes energéticas menos poluidoras, implantação de sistema de medição de qualidade do ar e ampla divulgação dos índices de emissões no município.

Implementaremos o Plano de Arborização Urbana, ampliando de forma adequada a arborização das ruas da cidade, especialmente nas áreas menos arborizadas.

Atualizaremos e fortaleceremos o papel do Pelotão Ambiental de Piracicaba e desenvolveremos estratégia e ação conjunta com a CETESB e outros órgãos ambientais para combate às queimadas em área urbana e rural.

16. Promoção e assistência social

Dentre as ações necessárias ao aprimoramento dos serviços de promoção e assistência social, destaca-se a necessidade de: revisão da dotação orçamentária em busca de maior investimento na assistência social; valorização dos servidores que realizam o atendimento e encaminhamentos de demandas, por meio da ampliação do quadro de recursos humanos – assistentes sociais, psicólogas, administrativos, recepção e outros – e a readequação e ampliação do quadro funcional, de modo a inserir profissionais com atribuições específicas; criação de novos centros de referência de assistência social, nos bairros com população social e economicamente mais vulnerável e nos bairros recém formados, assim como, adequações dos já existentes no que diz respeito à estrutura física, funcional, dos equipamentos de informática, tecnológicos e outros, essenciais ao bom desenvolvimento das atividades.

Nas políticas municipais de assistência social são fundamentais os investimentos em proteção social básica, ou seja, na prevenção e, conseqüentemente, na minimização das violações de direito, assim como a revisão e fortalecimento dos programas e parcerias voltados ao atendimento de: mulheres em situação de violência (Casa Abrigo, CRAM), Centros Dia a pessoas idosas, população de rua.

Nota-se a necessidade de implantação de programa voltado à vigilância socioassistencial, contributiva, o mapeamento das demandas reais, o diagnóstico local, a adequação e a coerência do investimento orçamentário.

A promoção e a oferta de estrutura para as articulações entre as diferentes políticas públicas (assistência, saúde, educação, habitação, segurança, saneamento, dentre outras) são essenciais para a efetividade das ações em rede, com envolvimento dos diferentes equipamentos/serviços dos territórios, favorecendo a retomada da representatividade local, capacitando, qualificando e estimulando o “pertencimento” da população ao seu território.

Diante da crescente demanda por dados e diagnósticos precisos e de rápido acesso, a manutenção e o aprimoramento de softwares de base de dados devem ser permanentes e garantir a efetividade e a qualificação dos serviços.

Para atender as demandas da sociedade, torna-se urgente a implantação de novos programas de geração de renda em parceria com outras secretarias e serviços públicos, visando a capacitação e inclusão no mercado de trabalho, com a promoção de cursos profissionalizantes nos territórios.

17. Políticas públicas e garantia dos direitos humanos em uma cidade inclusiva

Para construir um governo a partir de pautas democratizantes e que assegurem a defesa dos direitos humanos e o acolhimento às demandas de participação da sociedade civil, nas suas diversas instâncias de representação, e na formulação das políticas públicas voltadas aos direitos e ao exercício da cidadania, consideramos de suma importância estabelecer, promover e executar programas e ações voltadas à promoção da cidadania e da igualdade de oportunidades. Assim, vamos instituir a Política Municipal de Direitos Humanos.

Assumimos o compromisso com a implantação de programas para a permanente capacitação dos profissionais das diversas áreas de atuação do serviço público, para a promoção da igualdade, da equidade e da humanização nos atendimentos; a implementação de políticas e ações sociais com vistas a reduzir as desigualdades e promover o estado de direito e a cidadania.

Vamos investir em ações afirmativas integradas que contemplem as demandas específicas de gênero (mulheres e LGBTQI+), geração (crianças, adolescentes e idosos), pessoas com deficiência e segmentos étnico-raciais, buscando meios para criar um centro de referência capaz de oferecer serviços e atendimentos socioassistenciais, orientação jurídica e psicológica, encaminhamento e acompanhamento dos usuários(as) vítimas de discriminação ou outros tipos de violência.

Em relação à política de atendimento e proteção às mulheres, vamos garantir o funcionamento de serviços e projetos específicos para promover o reconhecimento e empoderamento das mulheres, assim como de outros segmentos que estejam sendo privados dos seus direitos individuais ou coletivos. Comprometemo-nos com as diretrizes de enfrentamento à violência, com o fortalecimento dos serviços do centro de referência de atendimento à mulher e a criação das condições adequadas para o abrigo e pós-abrigo, assim como a formulação e implantação de políticas, planos e programas municipais voltados às demandas específicas das mulheres, que defendam e promovam os direitos das mulheres e garantam a integridade e a segurança, o acesso à justiça, à saúde, à assistência social, o trabalho, a educação e o efetivo exercício da cidadania.

Vamos assegurar a plena cidadania e os direitos do segmento LGBTQI+, por meio de políticas e ações que combatam a discriminação, a homofobia, a lesbofobia, a bifobia, a transfobia ou qualquer outra discriminação decorrente da identidade de gênero. Nos comprometemos a planejar e executar políticas públicas específicas, transversais e intersetoriais em defesa dos direitos, realizando ações que reconheçam a diversidade, os arranjos e sujeitos sociais e

garantam a igualdade de oportunidades e, para tanto, vamos criar um centro de referência para atendimento ao segmento e articulação dos serviços junto aos demais órgãos públicos.

Em relação à inclusão das pessoas com deficiência, garantimos o cumprimento dos seus direitos, conforme definido pela Lei Brasileira de Inclusão, e vamos promover a mobilidade, a acessibilidade e a implantação do desenho universal, assim como criar mecanismos eficientes e que garantam as condições adequadas para comunicação, bem como o acesso ao mercado de trabalho, aos bens culturais, à educação e à saúde integral, sem discriminação.

Para a promoção da igualdade étnico-racial, garantimos a preservação dos direitos e o combate à discriminação e ao racismo. Promoveremos os grupos tradicionais de cultura, a preservação da cultura matéria e imaterial, valorizando os patrimônios históricos e reconhecendo a memória dos quilombos de Piracicaba. Garantimos a efetivação do uso de dotações orçamentárias para a promoção da cultura afrodescendente, nas suas diferentes manifestações. Também vamos reestruturar o programa de combate à anemia falciforme e implantar programas de formação com base nas Leis Federais nº 10.639, de 2003, e 11.645, de 2008, e 12.288, de 2010.

Vamos preservar os direitos dos segmentos das diferentes gerações: primeira infância, juventude e terceira idade, desenvolvendo programas específicos que contemplem as necessidades específicas de inclusão, de proteção e de integração e promoção social, cultural e econômica desses grupos, assegurando a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade e respeito.

18. Segurança Pública e políticas de proteção e prevenção à violência

Proteger a vida e assegurar o direito de todos e todas a uma vida segura deve ser o objetivo último da segurança pública.

No nosso governo, pretendemos desenvolver uma política de segurança pública com transversalidade e multidisciplinaridade ampla e diversa. Na busca desses eixos temáticos, pretendemos realizar uma conferência anual de Segurança Pública Municipal, onde os munícipes poderão discutir, propor, colaborar e compreender os desafios, propostas e metas a serem alcançadas. A construção coletiva de políticas públicas, é fundamental para que a população tenha conhecimento dos obstáculos e suas formas de superação. A valorização dos profissionais do setor de segurança pública e o constante aprimoramento, tem que ser prática cotidiana desse setor.

Em face desse exposto, propomos uma segurança que tenha respeito à Vida, à Dignidade Humana e a busca da convivência fraterna entre todos os cidadãos (as). Essa mudança de paradigma, implica em ampliar a compreensão do complexo fenômeno da violência como algo que não se restringe aos crimes, mas, antes, a tudo que fere os princípios indivisíveis dos Direitos Sociais e Humanos. Suas causas remontam ao tecido social desigual, fragmentado e excludente da nossa sociedade. Como também a moradia precária, a falta de estrutura urbana, a escola sucateada ou mesmo sua ausência, o rompimento dos laços de vizinhança e de convivência comunitária e as intolerâncias com

relação ao gênero, raça e à diversidade sexual dentre outras causas. A política de segurança pública que não for transversal, estará fada a minimizar os efeitos, estruturais e a ser objeto de afirmação ideológica de determinadas frações da sociedade, não será proativa, mas reflexiva.

A defesa de um novo paradigma da segurança está fundamentada na promoção e proteção da vida e da dignidade, é necessário que o próprio profissional de segurança também se identifique como trabalhador/a e tenha seus direitos humanos garantidos. Para isso é preciso investir na criação e difusão de conhecimentos específicos voltados à complexidade das questões de segurança, levando em conta as especificidades dos fenômenos violentos, capacitando os profissionais de segurança em conhecimentos teóricos, técnicos e práticos que impulsionem as mudanças urgentes e necessárias no campo da segurança.

Vamos incentivar uma política pública de segurança que tenha a prevenção como meta, buscando limitar a violência e estimular a administração de conflitos. É preciso ter estratégias de ação antes que as violências ocorram. Estas ações precisam ser articuladas com as demais políticas segurança, de assistência e de desenvolvimento humano: escola, renda, trabalho, cultura, lazer, esporte, participação social, universidade. Incentivar o uso da mediação, e a justiça restaurativa como forma de resolução e prevenção de conflitos.